



João Cruz

Seis mil balões fincados em frente ao Congresso Nacional assinalam passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente

Balões alertam para liberação de gases

Os 6 milhões de toneladas de gases liberados diariamente na atmosfera pelo Brasil foram ilustrados em manifestação silenciosa no gramado do Congresso. A Fundação SOS Mata Atlântica e o WWF-Brasil conclamaram a população e os governos a participar de ações para combater as causas das mudanças climáticas. Observaram que o aquecimento poderá custar à economia global até 20% do PIB. **Página 6**

maram a população e os governos a participar de ações para combater as causas das mudanças climáticas. Observaram que o aquecimento poderá custar à economia global até 20% do PIB. **Página 6**

Senadores cobram ação em favor da vida na Terra

“O aquecimento global é a mais letal arma de destruição em massa no planeta.” Advertências como essa marcaram os discursos dos diversos senadores que se pronunciaram a respeito do Dia Mundial do Meio Ambiente. O futuro da Terra foi debatido por Paulo Paim, Fernando Collor, José Nery, Fátima Cleide, Marcelo Crivella, Mão Santa, João Pedro, Leomar Quintanilha, Romero Jucá, Osmar Dias, Valter Pereira e Antônio Carlos Valadares. **Páginas 6 e 7**

Senado aprova e envia à Câmara projeto que altera o auxílio-doença

De acordo com proposta, valor mensal do benefício não excederá a média aritmética dos últimos 24 salários-de-contribuição do segurado. **Página 3**



César Vazquez



César Vazquez

Formação de professor vive crise, afirma especialista

Com um déficit de 250 mil professores, o Brasil deve enfrentar mais problemas no futuro com a falta desses profissionais. A advertência foi feita por participante de audiência pública na Comissão de Educação sobre idéias e propostas para a área. **Página 8**

Em audiência presidida por Cristovam, especialistas em educação (foto à esq.) debatem com senadores os números da avaliação de alunos do ensino básico



Formado por 75 deputados e senadores, colegiado quer ampliar debate sobre mudança no sistema de governo



Entre Flexa Ribeiro (E) e o deputado Humberto Souto, Collor assume coordenação do grupo

Instalada frente em defesa do parlamentarismo

A Frente Parlamentarista, criada pelo senador Fernando Collor (PTB-AL) para discutir propostas de implantação do sistema parlamentarista de governo no Brasil, realizou ontem a reunião de instalação de seus trabalhos. Os senadores e deputados escolheram o coordenador e o subcoordenador do grupo – respectivamente, Fernando Collor e o deputado José Otávio Germano (PP-RS) –, aprovaram manifesto e votaram pauta com ações prioritárias.

Os integrantes da frente – que reúne 75 parlamentares de 16 partidos – receberam material de divulgação para ampliar o debate sobre o sistema parlamentarista junto à população. Para esse fim, deverão ser promovidos seminários e audiências públicas nas assembleias estaduais.

Em abril deste ano, Fernando Collor apresentou a Proposta de Emenda à Constituição 31/07, que institui o sistema parlamentar de governo. A proposição estabelece

que a administração do país caberá ao presidente de um conselho de ministros, cujo nome, indicado pelo presidente da República, terá de ser aprovado por maioria absoluta pela Câmara dos Deputados.

Ainda de acordo com o texto, o Conselho de Ministros responderá coletivamente perante a Câmara pela política do governo e pela administração federal. O presidente do conselho terá a designação de primeiro-ministro. A PEC tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo Collor, a discussão sobre a mudança do sistema de governo é propícia a um ambiente de estabilidade institucional, como o que o Brasil vive hoje, em que se debatem propostas de reforma política. Ele disse acreditar que o sistema presidencialista é “anacrônico, ultrapassado e atrasado”.

– O parlamentarismo, ao contrário, é um sistema de governo moderno, contemporâneo, ágil e eficiente – afirmou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário pode votar fundo de combate à violência

A sessão deliberativa do Plenário começa às 14h e a agenda de votações inclui proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade (PEC 5/07). Ainda em pauta, entre outros itens, projeto que institui a Cláusula

de Barreira, que exige de um partido número mínimo de 5% do total de votos para que a agremiação tenha funcionamento parlamentar em qualquer casa legislativa em nível federal, estadual ou municipal, e participe da distribuição do fundo partidário (PEC 2/07).



Comissão examina projeto sobre propaganda de alimentos

O projeto que obriga a divulgação das calorias dos alimentos e bebidas apresentados em propaganda (PLS 121/05), do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), poderá ser votado hoje pela Comissão de Ciência e Tecnologia

(CCT). Em reunião, às 8h45, o colegiado examina ainda proposta de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que trata da publicidade da administração pública (PLS 272/05).

Educação debate influência da televisão na sociedade brasileira

A Comissão de Educação (CE) reúne-se às 10h para debater a influência da televisão na formação dos valores éticos, morais e de

cidadania da sociedade brasileira. Estão convidados para a audiência o escritor Sílvio Abreu, o professor de Filosofia da Universidade Esta-

dual de Campinas Roberto Romano e o presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária, Gabriel Priolli.



Exposição sobre o parque do Tumucumaque

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, o Senado promove, até o dia 11 de junho, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana

Filho, a exposição Expedição ao Rio Jari sobre o Parque Nacional Montanhas Tumucumaque, do fotógrafo Zib Koch.

Senadores discutem proposta que garante oferta de vacina contra HPV

Debate sobre o projeto de lei que trata do fornecimento gratuito de vacinas contra o HPV (Human Papilloma Virus) será realizado hoje, às 11h, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Entre os convidados para

a reunião estão a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, e a coordenadora de Prevenção e Vigilância do Instituto Nacional de Câncer (Inca), Gulnar Mendonça.

Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reunião, hoje, agendada para as 14h30.

Conselho pode analisar acusações contra Renan

A representação do PSOL, que pede investigação das denúncias publicadas pela revista Veja contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, pode ser analisada hoje, às 10h, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e

Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes, Gerson Camata e Mão Santa

Rosevelt Pinheiro



Inácio considera retrocesso cláusula de barreira e fim das coligações

Inácio Arruda (PCdoB-CE) – foto –, em discurso no Plenário, demonstrou preocupação com uma proposta de reforma política – que considerou conservadora – discutida na semana passada em reunião na casa do senador Tasso Jereissati

(PSDB-CE). Arruda considera a iniciativa desfavorável à democracia brasileira. – Retrocedemos numa proposta conservadora. Entre elas, estão a cláusula de barreira, o voto distrital misto e o fim das coligações. São todas

propostas conservadoras que já vêm desde a Constituinte, em 1987, quando o Centrão assumiu essas proposições. Não quero crer que se esteja formando um novo Centrão para conduzir a reforma política, especialmente no

Senado – protestou.

A reforma política criticada por Inácio Arruda faz parte da Proposta de Emenda à Constituição 2/07, de autoria de Marco Maciel (DEM-PE), que está na pauta da ordem do dia da sessão deliberativa de hoje.

Renan tinha dinheiro para pagar pensão e aluguel, diz Romeu Tuma

Depois de questionar Cláudio Gontijo, funcionário da Mendes Júnior, o corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), disse ontem que tem elementos para crer na capacidade financeira do presidente do Senado, Renan Calheiros, para fazer os pagamentos de pensão, aluguel e segurança privada à jornalista Mônica Velloso, com quem tem uma filha.

O corregedor, entretanto, quer ter certeza de que recursos foram efetivamente recebidos por Mônica numa conta corrente no Unibanco, citada por Gontijo como meio utilizado por ele para entregar o dinheiro que lhe era confiado mensalmente por Renan, “na qualidade de amigo”.

Tuma está fazendo uma investigação preliminar que será apresentada ao Conselho de Ética da Casa. Segundo ele, de posse dos resultados dessa apuração, é o conselho que decidirá ou não pela abertura de processo, já que há uma representação encaminhada pelo PSOL. Com base em matéria de Veja, o PSOL quer que o colegiado investigue se Renan tinha suas despesas com Mônica e a filha pagas pela Mendes Júnior.

O interrogatório foi feito no gabinete de Tuma, com participação dos senadores Wellington Salgado (PMDB-MG), Gilvam Borges (PMDB-AP), Valter Pereira (PMDB-MS) e Augusto Botelho (PT-RR). Estavam presentes um advogado do Senado e o advogado e irmão de Cláudio, Segismundo Gontijo.

O corregedor disse que, antes de assumir a paternidade da filha, Renan, conforme Gontijo, repassou à jornalista R\$ 8 mil mensais de pensão e R\$ 4 mil referentes a alugéis, primeiramente de uma casa – durante um ano – e a partir daí de um apartamento. Quando ainda residia na casa, Mônica recebeu também ajuda de R\$ 4 mil mensais – R\$ 2 mil por quinzena – para custear despesas com segurança, uma vez que ela estava recebendo ameaças anônimas.

Gontijo confirmou a afirmação de Renan, em discurso no Plenário, de que o aluguel da casa foi pago de uma vez, no valor de R\$ 40 mil, e que o senador entregou a Mônica R\$ 100 mil, como fundo para educação da filha.

Quando Mônica mudou-se para um apartamento, os gastos mensais de Renan caíram a R\$ 12 mil, conforme relatou Gontijo a Tuma. O funcionário da Mendes Júnior confirmou ter recebido os recursos em espécie – exceto no caso de um cheque – e os repassado em envelopes à jornalista, algumas vezes no escritório da empreiteira. Garantiu que era dinheiro do senador, e nunca dele, Gontijo, ou da Mendes Júnior.

Tuma afirmou que não emitirá parecer sobre a conveniência ou não da abertura de processo. O senador, que ainda não decidiu se convocará a jornalista a depor, está recebendo assessoria, além da advocacia do Senado, de dois peritos da Polícia Federal e de dois peritos tributários.

Plenário aprova projeto que fixa teto para o auxílio-doença

Proposta de Mercadante que disciplina a concessão de benefícios previdenciários decorrentes de doença segue agora para análise da Câmara

Projeto aprovado ontem pelo Senado disciplina a concessão de benefícios previdenciários decorrentes de doença, entre outras medidas. A proposta, de Aloizio Mercadante (PT-SP), foi elaborada a partir do texto de uma medida provisória rejeitada pelo Congresso por não atender aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e relatada pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

A matéria (PLS 261/05) – que segue agora para a Câmara dos Deputados – propõe alterações na lei que dispõe sobre a organização da Seguridade Social (Lei 8.212/91) e na que trata dos planos de benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91).

A maior novidade implantada pela medida é o estabelecimento de um teto para a renda mensal do auxílio-doença, o qual não poderá



Mercadante: a concepção do auxílio-doença não é a de um benefício perene

exceder a média aritmética simples dos últimos 24 salários-de-contribuição do segurado ou, se o período de contribuição for menor, o maior salário-de-contribuição. Atualmente, o cálculo se baseia na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, correspondentes a 80% de todo o período contributivo.

Segundo Mercadante, desde 2001 a concessão do auxílio-doença praticamente dobrou, sem qualquer relação com os indicadores demográficos e de saúde do país, e os valores quase quadruplicaram, passando de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 9 bilhões.

– A concepção do auxílio-doença é a de um direito para o atual momento da vida do trabalhador. Não é um benefício perene. É justo que os diversos tipos de aposentadorias e pensões sejam regidos pela história contributiva do trabalhador e que o auxílio-doença guarde relação com a realidade atual do trabalhador.

A matéria também determina que as empresas enviem à Previdência Social informações sobre os trabalhadores contratados, sob pena de estarem sujeitas a sanções em caso de acidentes de trabalho.

Seis medidas provisórias passam a trancar a pauta

Foram lidos em Plenário oficiais da Câmara que encaminham ao Senado três projetos de lei de conversão e três medidas provisórias. Incluídas na pauta de votações, as seis matérias – PLV 15/07 (proveniente da MP 359/07); PLV 16/07 (da MP 358/07); PLV 17/07 (da MP 361/07); MP 360/07; MP 362/07 e MP 363/07 – passam automaticamente a trancar a pauta de votações do Plenário.

Na ocasião, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou o governo pelo que ele chamou de “uso abusivo e excessivo de MPs”, e principalmente pela MP 360/07, que cria a Secretaria de Comunicação Social, assunto que o senador afirmou não ser urgente.

Acatada alteração nos limites do Parque Nacional de Jericoacoara

O Senado aprovou projeto que altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara, situado nos municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, no Ceará. Os objetivos da proposta são proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros e assegurar a preservação de seus recursos naturais. A proposição (PLC 76/06) também revoga o Decreto 90.379/84 e outro, sem número, de 4 de fevereiro de 2002. O projeto segue agora à sanção presidencial.

O relator, Arthur Virgílio (PSDB-AM), esclareceu que a alteração no parque visa possibilitar a realização de pesquisa científica e desenvolvimento de atividades de educação ambiental e inter-

pretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O senador acrescentou que a proposta evita o excessivo crescimento demográfico e suas conseqüências.

Virgílio informou que a Companhia de Água e Esgotos do Estado do Ceará apresentou ao Ibama projeto que prevê a instalação do sistema de coleta e estações elevatórias e de tratamento de esgoto, e a delimitação de uma área para deposição de resíduos.

Em aparte, Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou ser necessário que “um importante sítio histórico visitado pelo mundo inteiro como é Jericoacoara” tenha condições sanitárias adequadas para atender à demanda turística.

Márcia Kalme



Corregedor do Senado, Romeu Tuma (D) interroga Cláudio Gontijo, da Mendes Júnior



Expedito ressalta a importância do transporte alternativo no país

Para regulamentar profissão, mototaxistas fazem marcha de Manaus a Brasília

O início da marcha de mototaxistas da região Norte a Brasília foi anunciado por Expedito Júnior (PR-RO). De acordo com o senador, cerca de 200 desses profissionais já saíram de Manaus em seus veículos e cruzaram Rondônia e Mato Grosso. Eles vêm pedir apoio do Congresso às proposições que regulamentam a profissão.

Expedito lembrou que o esforço

empreendido para a realização da marcha demonstra a importância da profissão para o transporte alternativo no Brasil.

O senador lembrou que no ano passado o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou ilegal, em todo o país, o serviço de mototáxi. Esse entendimento do STJ acompanhou decisão anterior do Supremo Tribunal Federal (STF),

que julgou improcedente uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) proposta pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) contra uma lei estadual de Santa Catarina que regulamentava o setor. Assim, explicou Expedito Júnior, hoje, qualquer lei estadual ou municipal editada na tentativa de fixar parâmetros e melhor organizar essa atividade é inconsti-

tucional e somente lei federal pode regulamentar a atividade.

– A profissão deve ser regulamentada com urgência por tratar-se de concessão de serviço público que já é uma realidade. São várias as propostas tramitando nas duas Casas do Congresso, inclusive uma já aprovada pelo Senado e que aguarda votação na Câmara dos Deputados – ressaltou.

Jonas apela por reestruturação de carreira no Inbra

Jonas Pinheiro (DEM-MT) dirigiu apelo ao governo federal e ao Congresso para que sejam atendidas reivindicações dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra), que estão em greve.

– Os servidores do Inbra reclamam pela reestruturação de suas carreiras e correção das distorções ali existentes; pedem repositão das perdas salariais. Mas não se trata de reivindicação de melhoramentos somente para a categoria; eles estão propondo a reestruturação do Inbra no que tange a força de trabalho, equipamento e gestão; e estão lutando por uma verdadeira reforma agrária – relatou.

O senador advertiu para as consequências negativas de uma greve envolvendo um órgão importante como o Inbra para a produção agrícola no país. Ele lembrou que esteve presente à manifestação dos servidores do órgão em Mato Grosso e pediu, especialmente aos ministérios da Reforma Agrária e do Planejamento, para que sejam reabertas as conversações entre o comando de greve dos funcionários do Inbra do Brasil inteiro e o Poder Executivo.



Jonas diz que greve poderá prejudicar produção agrícola

Censura ou proteção a crianças? Em debate, a classificação de programas

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizará audiência pública para analisar portaria do Ministério da Justiça que disciplina aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente

A realização de audiência pública destinada a debater a portaria do Ministério da Justiça, de fevereiro, que regulamenta a “classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres” foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O debate foi requerido pelos senadores César Borges (DEM-BA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). Para César Borges, “com a desculpa de disciplinar o Estatuto da Criança e do Adolescente, classificando programas de televisão como próprios ou não para determinada faixa etária, a Portaria 264 pode ser um passo na direção do controle da mídia que corre o risco de terminar em censura”.

Segundo Virgílio, a preocupação com a censura nunca poderá ser considerada excessiva em um país como o Brasil, que já sofreu censura direta du-



Sérgio Zambiasi, Geraldo Mesquita Júnior e José Nery durante reunião da CDH

rante os 21 anos de ditadura militar.

Entre os convidados para a audiência estão o diretor do Departamento de Justiça, Classificação e Títulos do Ministério da Justiça, José Eduardo Romão, e representantes da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert), do Conselho Federal da OAB e da Procuradoria dos Direitos do Cidadão.

A CDH também aprovou requerimentos de seu presidente, Paulo Paim (PT-RS), para realização de duas audiências: a primeira, a fim de discutir os prejuízos dos poupadores de caderneta de poupança em face dos

planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II; e a segunda, para continuar o debate sobre a redução da maioria penal.

Relatório

A apresentação do resultado do projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais no biênio 2005/2006 também será tema de audiência na CDH, conforme requerimento de José Nery (PSOL-PA) aprovado pela comissão.

Também ontem, foi analisada sugestão da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra) para permitir a compensação fiscal das emissoras de rádio e televisão pela cessão de horário a todas as modalidades de propaganda gratuita. O relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), pediu – e a CDH acatou – o sobrestamento do exame até o fim da tramitação do PLS 391/05, que também trata de propaganda eleitoral.

Virgílio: suspeitas sobre busca na casa de irmão de Lula são graves

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), levantou três hipóteses sobre o cumprimento de mandado de busca e apreensão na casa de Genival Inácio da Silva – irmão do presidente Lula – na segunda-feira, dentro da Operação Xequê-Mate da Polícia Federal (PF). Para o senador, seria “desastrosa” a hipótese

de o presidente não ter sido avisado sobre a ação; louvável, se Lula foi comunicado mas não avisou o irmão; e “extremamente grave” se, avisado com antecedência, o presidente tiver informado a Genival.



Arthur Virgílio teme nível de descrédito das instituições

Virgílio observou que suas conjecturas partiram da pergunta de uma jornalista, para quem, “se avisassem o presidente, ele avisaria o irmão”. O parlamentar retrucou que seria muito grave supor que presidente da República teria menos credibilidade do que o diretor da PF em uma operação desse porte. “Se isso é verdade, este país é tudo, menos uma democracia verdadeira”, assinalou.

Para o senador, “as instituições estão no pior nível de descrédito perante a opinião pública”. Ressaltou, porém,

que Lula se salva “pela sua história, pelo seu carisma, muito mais do que por méritos objetivos mostrados ao longo deste governo do ponto de vista do controle da corrupção”.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) disse que o presidente Lula mostrou no episódio “uma atitude equilibrada, sensata, de um chefe de Estado que tem responsabilidade para com o país”. Já a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), considerou que, juntamente com a reforma política, é preciso analisar a agilidade nos processos judiciais, e Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que o número de prisões temporárias feitas pelas operações da PF, seis mil, provavelmente é excessivo e que há dificuldade para condenar todos os presos.



Papaléo atribui altos gastos a má gestão de recursos públicos

Papaléo comenta denúncia sobre obras para o Pan

Reportagem da revista Veja denunciando a existência de indícios de irregularidades e de mau gerenciamento nas obras das instalações dos Jogos Pan-Americanos, que serão realizados no Rio de Janeiro em julho, foi comentada por Papaléo Paes (PSDB-AP).

– A falta de planejamento, de transparência, a desorganização e o estouro do orçamento verificados nas obras do Pan são um exemplo vergonhoso de como o bem público é tratado no Brasil – considerou.

O senador ressaltou o fato de as obras no Rio de Janeiro terem consumido, até o momento, R\$ 3,6 bilhões – cerca de 12 vezes o gasto médio de cada uma das quatro últimas edições dos Jogos Pan-Americanos.

Papaléo criticou também, baseando-se em matéria do jornal Correio Braziliense, a ocorrência de três aditamentos que elevaram de R\$ 76,8 milhões para R\$ 119,80 milhões o preço da obra de construção do Centro Esportivo Deodoro.

Tais acréscimos, frisou o senador, ultrapassaram em mais do dobro os 25% de aditamentos possíveis na Lei de Licitações.



Ideli ressalta políticas de distribuição de renda

Ideli aponta redução na desigualdade

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), registrou ontem a divulgação, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de dados que demonstram a redução da desigualdade social no país, em virtude do aumento das políticas de distribuição de renda.

A senadora disse que o "momento econômico positivo" é fruto do aumento real do salário mínimo, da estabilidade do real e do controle inflacionário. Ela louvou o governo Lula por proporcionar o menor índice de desigualdade social dos últimos 30 anos.

Ideli registrou também estudo do professor Francisco Gracioso, da Escola Superior de Propaganda e Marketing, que aponta para uma "revolução silenciosa de transferência de renda".

Outra pesquisa, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mostrou que os beneficiários do Bolsa Família gastam os recursos recebidos principalmente com alimentação, educação e vestuário infantil. Ideli Salvatti comentou ainda pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) segundo a qual a diferença entre a renda de negros e brancos no Brasil diminuiu 31% em dez anos.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) observou que o Brasil está caminhando "para ser uma sociedade cada vez menos desigual".

Prêmio

A senadora congratulou Lula por ter recebido, na Índia, o Prêmio Jawaharlal Nehru, distinção oferecida a personalidades internacionais por sua contribuição para a paz e a aproximação entre os povos.

Na tentativa de encontrar solução para dívidas de R\$ 120 bilhões, relator de emenda à Constituição reúne-se na quarta-feira com os secretários de Fazenda dos cinco estados que mais arrecadam

Raupp busca acordo para que estados e municípios saldem os precatórios



Valdir Raupp promove encontro na liderança do PMDB

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), marcou para quarta-feira da próxima semana reunião com os secretários de Fazenda dos cinco estados de maior arrecadação tributária. O objetivo é buscar uma solução conciliatória a fim de que estados e municípios possam saldar dívidas vencidas com precatórios, calculadas em R\$ 120 bilhões. A reunião será às 16h30, na liderança do PMDB.

Valdir Raupp, relator da proposta de emenda à Constituição que define um regime especial para o pagamento de precatórios dos estados e municípios

(PEC 12/06), marcou o encontro com os secretários estaduais com o objetivo de discutir o texto de seu substitutivo, a ser apresentado para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ainda neste mês de junho.

Deverão participar da reunião os secretários de Fazenda de São Paulo, Mauro Machado Costa; do Rio de Janeiro, Joaquim Pereira Levy; de Minas Gerais, Simon Dias; do Rio Grande do Sul, Conde Cunha de Moraes Júnior; e do Espírito Santo, José Teófilo Oliveira.

Fotos: Roosevelt/Imagem

Foram convidados ainda os membros da Comissão de Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O senador César Borges (DEM-BA), relator da PEC na legislatura passada, também deverá comparecer ao encontro.

A proposta de emenda constitucional que trata dos precatórios, apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, foi idealizada pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim. Valdir Raupp pretende assegurar o pagamento dos precatórios a idosos e portadores de doenças graves.

Os precatórios são ordens de pagamento emitidas em função de sentenças judiciais definitivas contra a Fazenda Pública (União, estados, Distrito Federal e municípios, administração direta e indireta).

Pagamento de publicidade só depois de débitos alimentícios

Projeto que está pronto para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pretende vedar o pagamento de despesas com publicidade, por parte da União, de estados e municípios, em valor superior aos débitos de natureza alimentícia – caso de salários, pensões, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez – constantes de precatórios ainda não

pagos até o encerramento do exercício seguinte ao do ano em que foram incluídos no Orçamento.

Se aprovada na comissão, a proposta (PLS 262/05-Complementar), de Marcelo Crivella (PRB-RJ), seguirá para decisão final em Plenário.

A matéria constou da pauta da reunião de ontem, que deixou de ser realizada por falta de quórum. Entre

os 17 itens com votação adiada, estão dois projetos com previsão para novas deduções sobre o Imposto de Renda Pessoa Física: o PLS 7/07, de Francisco Dornelles (PP-RJ), para abater despesas com nascituros; e o PLS 2/03, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que autoriza o desconto de doações a programas oficiais de combate à fome.

Gilvam aplaude "democracia socialista" de Lula

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou ontem que o Brasil, liderado pelo presidente Lula, "trilha um caminho seguro e é o referencial da democracia no continente". Por esse motivo, frisou o senador, é preciso reconhecer e apoiar "as coisas boas que

o presidente vem fazendo" e, principalmente, o seu comprometimento com a democracia.

Depois de apresentar um resumo da história das muitas ditaduras que se instalaram na América Latina, Gilvam Borges disse que "um retrocesso está a cami-

nho", citando a Bolívia e a Venezuela. Enquanto isso, no Brasil, destacou o senador, Lula "causou a maior revolução social desde as idéias de Karl Marx".

– Ele é a prova viva de que a democracia socialista é o melhor sistema de governo de todos os tempos.



Gilvam: "Maior revolução desde as idéias de Karl Marx"

Valadares pede MP para solucionar dívida de agricultores

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu ao governo federal que encontre uma solução definitiva para as dívidas dos produtores rurais, em especial os pequenos produtores não contemplados pela Lei 11.322/06, aprovada pelo Congresso Nacional. Essa lei, conforme explicou o senador, não contemplou os agricultores cujas dívidas estão atreladas a programas de

crédito rural já extintos.

Valadares argumentou ser necessário que o governo cancele os leilões promovidos pela Procuradoria da Fazenda Nacional para executar as dívidas desses agricultores e edite nova medida provisória, garantindo-lhes meios de pagamento das dívidas com os bancos oficiais, para que não fiquem impedidos de contrair novos

empréstimos.

Em apartes, Osmar Dias (PDT-PR) disse que o Executivo comete um equívoco ao avaliar que o problema está solucionado pela boa safra de 2007. Já a senadora Kátia Abreu (DEM-GO) salientou que a Medida Provisória 372/07 não é, como acredita o governo, a solução para os problemas da agricultura.



Camata sugere comissão para agilizar exame de matérias

Camata quer votações ágeis no Congresso

Citando informações de matéria publicada ontem no jornal O Globo, intitulada "Projetos de segurança estão parados na Câmara", Gerson Camata (PMDB-ES) registrou que, das 24 propostas apresentadas no Congresso após a morte do menino João Hélio, em fevereiro, somente duas estão em vigor.

Camata sugeriu a criação de uma comissão mista de funcionários de alto nível do Senado e da Câmara dos Deputados para trabalhar no sentido de que os projetos aprovados em uma Casa sejam apreciados mais rapidamente pela outra.

– Faz quatro meses que o menino João Hélio foi esquartejado nas ruas do Rio de Janeiro como um Tiradentes e nada aconteceu. As leis que aprovamos estão paralisadas na Câmara. Essas matérias têm que ser aprovadas para que os juizes, os guardas penitenciários e os policiais disponham de um arsenal legal para fazer valer sua autoridade – destacou o parlamentar.

Pendências

Entre as matérias aprovadas pelo Senado e que ainda não foram apreciadas pela Câmara estão o projeto de lei que separa os presos provisórios dos já condenados (PLS 162/07); o que obriga as empresas de telefonia móvel a instalar bloqueadores de celulares nos presídios (PLS 137/06); o que institui o monitoramento eletrônico dos presos (PLS 165/07); e o que tipifica como crimes contra o sistema financeiro nacional a emissão, oferta ou negociação de títulos ou valores mobiliários falsos ou falsificados (PLS 79/05).

No Plenário, senadores adverte para o risco de aquecimento no país e pedem adoção de medidas para combater lançamento de gases na atmosfera

Entidades pedem esforço para conter mudança no clima

Um balão para cada mil toneladas de gases de efeito estufa emitidos pelo Brasil. É assim que o WWF-Brasil e a Fundação SOS Mata Atlântica ilustram os 6 milhões de toneladas de gases liberados diariamente na atmosfera pelo país. Com essa representação, as duas entidades realizaram ontem manifestação silenciosa em frente ao Congresso Nacional para assinalar o Dia Mundial do Meio Ambiente e conchamar a população e os governos a participarem de ações para combater as causas das mudanças climáticas.

– Somos o quarto país entre

os maiores emissores do mundo. Não podemos cruzar os braços, temos que assumir a responsabilidade. Precisamos estabelecer metas claras para que possamos nos adaptar e precisamos dar celeridade aos projetos no Congresso – afirmou Karen Suassuna, técnica de mudanças climáticas do WWF-Brasil.



Balões denunciando a emissão de gases marcam o Dia Mundial do Meio Ambiente

com deputados da Frente Parlamentar Ambientalista, que receberam um CD com propostas de como enfrentar o aquecimento global no Brasil e uma série de publicações e estudos elaborados pelo WWF

Karen Suassuna, é tornar visível um problema de difícil percepção. Ela afirmou que o aquecimento poderá custar à economia mundial até 20% do produto interno bruto do planeta, se não forem tomadas medidas urgentes para evitar as catástrofes naturais.

No Plenário, Mão Santa, Antônio Carlos Valadares, Valter Pereira, Fernando Collor, Osmar Dias, Paulo Paim, Fátima Cleide, Marcelo Crivella, José Nery, Romero Jucá, João Pedro e Leomar Quintanilha também advertiram para o risco de danos ambientais no país e cobraram providências.

Após a manifestação, as organizações não-governamentais participaram de um café da ma-

relacionados ao tema. A intenção das entidades, ao fincarem os 6 mil balões, segundo

Mão Santa



Roosevelt/Thaio

Área florestal no Piauí está virando carvão

Mão Santa (PMDB-PI) denunciou, em seu discurso, a ocorrência de um grande desmatamento no sul do Piauí. Ele disse que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, “é uma lástima” e pediu perdão por ter ajudado a eleger o governador Wellington Dias, do PT, o qual, para o senador, é o responsável pelo maior desmatamento do Nordeste. De acordo com o parlamentar, 70 mil hectares de floresta estão virando “hectares de carvão”.

– Conforme documento, o atual governador do estado fez um decreto isentando de impostos a empresa JB Carbon às vésperas das eleições [de 2006]. Segundo os biólogos e os ambientalistas, trata-se de uma fronteira onde há cerrado, caatinga e também a floresta amazônica. Essa é a maior diversidade biológica existente no Piauí, mas estão queimando, torrando, transformando essa área em carvão – relatou.

Antônio Carlos Valadares



Roosevelt/Thaio

Modelo econômico provoca danos ao meio ambiente

A inclusão na agenda política nacional de um conjunto de questões ambientais, como a escassez de água, a contaminação de alimentos por pesticidas e o uso de sementes transgênicas foi defendida pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Ele chamou atenção para a necessidade de debater a relação entre o modelo econômico “que prioriza a produção lucrativa e a desconstrução ambiental”.

– Precisamos entender que priorizar produção e lucro ao mesmo tempo em que se sacrifica o presente e futuro da natureza tem tudo para trazer problemas.

Valadares se referiu ainda ao livro *Collapse*, do autor norte-americano Jared Diamond, que alerta para o risco de um colapso violento da sustentabilidade ambiental. O senador leu também trecho de matéria publicada recentemente pelo *Jornal do Senado* sobre a escassez de água.

Valter Pereira



Roosevelt/Thaio

Chuvas no país se tornam cada vez mais escassas

Valter Pereira (PMDB-MS) advertiu que as mudanças climáticas no Brasil sinalizam que os riscos ambientais não podem mais ser encarados como mera ficção de pensadores ou pregação de fanáticos.

– Basta observar o tempo. Não muito distante, o regime de chuvas e as temperaturas obedeciam a certa regularidade que vem se tornando cada dia mais escassa. Hoje, as manifestações da natureza são mais imprevisíveis, implacáveis e deletérias.

O senador lembrou que a ministra Marina Silva já havia alertado, em pronunciamento no Senado, para o perigo de um aquecimento na Amazônia.

– A advertência é resultado de estudos feitos por seu ministério, segundo os quais as mudanças climáticas podem afetar duramente a biodiversidade brasileira da zona costeira ao semi-árido, chegando à Amazônia e ao Pantanal.

Fernando Collor



Roosevelt/Thaio

Estrago já feito no planeta não pode ser reparado

“Mesmo se o mundo reduzisse hoje suas emissões de gases a zero, nada poderia ser realizado para reparar o estrago já feito no planeta.” A afirmação foi feita por Fernando Collor (PTB-AL). A seu ver, somente com uma modificação de hábitos a Humanidade poderá reduzir a velocidade com que caminha para o que chamou de “débâcle (ruína) do planeta”.

– Estive com o presidente Lula alertando-o para o fato de o Brasil estar entre os cinco maiores emissores de gases. Falei sobre a necessidade de serem tomadas providências energéticas, apesar dos esforços da ministra Marina Silva.

Collor lembrou que em 1992, quando era presidente da República, dirigiu a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, no Rio de Janeiro. “Ocupo a tribuna entristecido, porque, 15 anos depois, a situação, ao invés de melhorar, piorou dramaticamente.”

Osmar Dias



Roosevelt/Thaio

EUA e Europa vão precisar de etanol e biodiesel

“Quanto mais o Brasil investir em ciência e tecnologia, mais vai avançar na preservação de seus recursos naturais”, afirmou o senador Osmar Dias (PDT-PR). Ele explicou sua tese citando a produção de grãos no país, que em 17 anos saltou de 58 milhões de toneladas anuais para 130 milhões.

– De onde vem o aumento de 126%? Apenas 21% se referem à ampliação da área, e 105% se referem ao aumento de produtividade; portanto, à tecnologia.

Osmar observou que a questão ambiental pode levar o Brasil a um grande salto na economia, com geração de empregos e distribuição de renda a partir do etanol e do biodiesel. Estados Unidos e Europa, assinalou, vão precisar do Brasil para a nova matriz energética que se delineia.

O senador disse que a produção de alimentos não afeta as florestas, graças à adoção de tecnologia.

Paulo Paim



Moreira/Atz

Mananciais necessitam de conservação

Paulo Paim (PT-RS) destacou em seu pronunciamento a proposta de conservação dos mananciais de água, advertindo que a contaminação das reservas de recursos hídricos já ameaça a sobrevivência em algumas regiões do planeta.

– A questão merece reflexão de todos, além de urgente mudança no padrão de comportamento, uma vez que a população triplicou no século 20 e o consumo de água aumentou seis vezes nesse mesmo período – observou.

Paim lembrou que cada pessoa precisa de pelo menos 50 litros diários de água para beber, tomar banho e cozinhar. Atualmente, ressaltou, mais de 1,1 bilhão de pessoas em todo o mundo já não contam com a garantia de consumo dessa quantidade mínima. No Brasil, esse número já estaria por volta de 22,6 milhões de pessoas, informou o senador.

Fátima Cleide



Rosevelt Photo

Rondônia precisa das hidrelétricas do rio Madeira

Fátima Cleide (PT-RO) defendeu da tribuna, ao comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, a construção das hidrelétricas do rio Madeira, em Rondônia. A senadora afirmou que, além de fontes de energia não-poluidora, as hidrelétricas são fundamentais para o desenvolvimento da região. Ressaltou ainda que a população de Rondônia está mobilizada em favor das usinas do rio Madeira.

Ante as previsões de aumento da temperatura mundial, Fátima Cleide sustentou que cabe ao Congresso promover grande debate sobre alternativas energéticas sustentáveis. Para ela, é isso que a sociedade espera de seus representantes.

A senadora destacou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que apóia pesquisas de redução dos custos de geração de energia a partir de fontes renováveis.

Marcelo Crivella



César Azevedo

Rio pode perder 12% do território com avanço do mar

Marcelo Crivella (PRB-RJ) alertou para o risco de graves efeitos do aquecimento global sobre a cidade do Rio de Janeiro e parabenizou o jornal O Globo pela publicação de reportagem sobre o assunto.

A matéria prevê que a capital fluminense poderá ter mais secas, ressacas e tempestades, e chegar a perder 12% de seu território em razão da elevação do nível do mar, causada pelo aquecimento global, até o fim do século.

Crivella mencionou ainda vários problemas ambientais que têm ocorrido no estado, tais como o assoreamento do rio Paraíba do Sul e a subida anormal de mares no distrito de Atafona de São João da Barra. O senador comunicou a apresentação de requerimento à Comissão de Meio Ambiente (CMA) propondo a realização de audiência para discutir os impactos do aquecimento global no Rio de Janeiro.

José Nery



Carabó Magalhães

Aquecimento causará destruição em massa

“O aquecimento global é a mais letal arma de destruição em massa no planeta”. O alerta do senador José Nery (PSOL-PA) veio associado à proposta dirigida aos parlamentos de todos os países do mundo, no sentido de que aprovem um endurecimento da legislação em defesa do meio ambiente. Ele defendeu leis rígidas que penalizem severamente todos os que degradam a natureza.

O senador ressaltou que as indústrias dos maiores países produtores são responsáveis pela emissão de gases que destroem a camada de ozônio e fazem aumentar a temperatura do planeta. As consequências, afirmou, já podem ser sentidas por meio de furacões, tornados e terremotos.

– É urgente que o governo brasileiro impeça a devastação pelas madeiras que, depois de acabarem com as florestas do sudeste da Ásia, estão operando na Amazônia – alertou.

Romero Jucá



Carabó Magalhães

Zona Franca de Manaus deve ser expandida

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) pediu a criação de um plano de desenvolvimento sustentável para que os habitantes da Amazônia tenham condições dignas de vida e possam ajudar na preservação do meio ambiente. A Zona Franca de Manaus foi utilizada como exemplo de iniciativa que deve ser expandida.

Jucá informou que o governador do Amazonas, Eduardo Braga, lançou um programa de desmatamento zero naquele estado. O parlamentar frisou que o plano é possível porque lá existem “outras fontes de renda”.

– Chegou a hora de a Zona Franca de Manaus extrapolar. Nós temos que ter um modelo de satélite em outros estados para que, efetivamente, o emprego possa surgir de forma ordenada, por exemplo, em Roraima, meu estado, no Acre e no Maranhão – observou.

João Pedro



Moraes Veiz

Em dois anos, China vai poluir mais que os EUA

Em dois anos, a China vai poluir mais do que os Estados Unidos e “ninguém diz nada” porque aquele país está conseguindo manter um alto nível de crescimento econômico, afirmou ontem o senador João Pedro (PT-AM).

No Dia Mundial do Meio Ambiente, o senador lamentou que poucos países consigam conciliar crescimento com preservação do meio ambiente, depois de citar notícia do jornal Folha de S. Paulo sobre os problemas de poluição dos chineses.

Depois de prestar homenagem a Chico Mendes e à irmã Dorothy Stang por sua luta ambiental e em favor dos mais humildes, João Pedro festejou o fato de seu estado ter comprometido “apenas 2% de suas florestas”. Ele informou que o governador do Amazonas lançou ontem novos programas que vão contribuir para a preservação das florestas do estado.

Leomar Quintanilha



Moraes Veiz

Brasileiros devem conter a destruição da natureza

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), conclamou as instituições, a classe política e os cidadãos brasileiros a contribuir para a reversão do processo de destruição da natureza.

– É hora de cada cidadão brasileiro ter a sua participação na reversão desse processo nefasto de destruição do ambiente. É hora de buscarmos um modelo diferenciado de sustentação e de desenvolvimento, combinando a busca de sobrevivência das pessoas com a preservação do meio ambiente – disse.

Quintanilha considerou vergonhosa a forma como as populações humanas, ao longo da história, ocuparam as margens de rios, explorando de forma predatória os cursos d’água sem ter o necessário cuidado com a sua preservação.

Parlamentares estrangeiros conhecem programa contra Aids

A União Interparlamentar, organização internacional que congrega representantes de mais de cem parlamentos, promoveu ontem reunião entre senadores, deputados e uma comissão de parlamentares da Índia, África do Sul, Suécia e Uganda. O objetivo era mostrar a esses políticos as medidas adotadas pelo Estado brasileiro no controle e combate ao avanço da Aids no país. Estiveram presentes os senadores Augusto Botelho (PT-RR), César Borges (DEM-BA) e Mão

Santa (PMDB-PI). Durante o encontro, que foi conduzido pelo deputado Germano Bonow (DEM-RS), os parlamentares estrangeiros se inteiraram do programa brasileiro de combate à epidemia e foram apresentados às suas particularidades no país. Os expositores do evento apontaram para o avanço no controle da doença, mas lembraram que em alguns setores da sociedade, como no caso dos idosos, os resultados ainda estão abaixo do esperado.

Flexa Ribeiro defende conteúdo brasileiro na era digital

A tecnologia anda na velocidade da luz e a radiodifusão (rádio e TV aberta) continua a ser regida pelo anacrônico Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962. Com essa afirmação, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu conteúdo audiovisual brasileiro na era digital.

A distinção entre TV, internet, telefone celular e outros meios torna-se cada vez mais vaga, uma vez que todos podem distribuir conteúdo digitalizado, disse o senador. Ele observou, no entanto, que a lei em vigor, “refletindo uma realidade ultrapassada”, trata

os meios de maneira distinta. A Lei de Radiodifusão, argumentou, regulamenta de forma bastante restritiva a propriedade de rádios e TVs, não ocorrendo o mesmo com a TV via satélite e as empresas de telecomunicações.

Preocupado com o problema, Flexa Ribeiro apresentou projeto de lei (PLS 280/07), relatado por Sérgio Zambiasi (PTB-RS), na Comissão de Educação. Com a proposta, o senador pretende que os interesses da sociedade brasileira e das empresas nacionais prevaleçam e que sejam estabelecidas



Moraes Veiz

Projeto de Flexa Ribeiro fortalece o mercado audiovisual interno

regras que fortaleçam o mercado audiovisual interno, assegurando prioridade aos profissionais, artistas e empresas brasileiras.

Em aparte, o senador Wellington Salgado

(PMDB-MG) concordou com a proteção do conteúdo nacional, bem como de quem o produz. Ele manifestou preocupação com a forma como esse conteúdo será veiculado e defendeu um prazo para que as empresas brasileiras digitalizem seus arquivos e não sejam engolidas pelas empresas estrangeiras.

O senador Augusto Botelho (PT-RR) espera que ocorra a democratização, para que os novos canais da TV digital não caiam nas mãos dos poucos grupos que já dominam o mercado e os meios de comunicação.



Para Jefferson Péres, entrada do país no Mercosul deve ser avaliada

Jefferson vê razões para preocupação com Venezuela

O senador Jefferson Péres (AM), líder do PDT, sustentou que o Senado brasileiro tem de se preocupar com o que vem acontecendo na Venezuela. Ponderou, contudo, que os senadores devem examinar o protocolo de entrada do país vizinho no Mercosul "não como represália" aos ataques do presidente Hugo Chávez ao Senado brasileiro, mas do ponto de vista da democracia.

Jefferson lembrou que o acordo do Mercosul contém a "cláusula democrática", pela qual não se aceita novo país cujo governo não seja democrático. Assim, se à época da votação do protocolo os senadores concluírem que não há democracia na Venezuela, a entrada do país no bloco econômico deverá ser rejeitada.

– A democracia venezuelana ainda não morreu, mas está agonizante. A legitimidade de um governante ocorre em duas etapas: na origem e no desempenho. Hugo Chávez tem legitimidade na origem, por ter sido escolhido em eleições livres. Mas ele está se deslegitimando na medida em que, com um Congresso jugulado, vai, pouco a pouco, anulando as liberdades naquele país – afirmou o senador.

Com apenas 41% de seus jovens matriculados na idade adequada no ensino médio, o país enfrenta um déficit de 250 mil docentes. O que vai acontecer quando entrar em vigor o plano da educação?

Formação de professor pode entrar em colapso, adverte especialista

O país corre o risco de sofrer um apagão na formação de professores, alertou ontem o diretor-executivo do movimento Todos pela Educação, Mozart Neves Ramos. Durante audiência pública na Comissão de Educação (CE), ele informou que existe hoje, quando apenas 41% dos jovens na idade adequada estão matriculados em instituições de ensino médio, um déficit calculado em 250 mil professores.

– Se o déficit hoje já é grande, imagine quando os jovens chegarem na idade correta ao ensino médio, como desejamos. Fala-se muito do apagão de energia, mas o apagão de gente também é muito grave, pois com ele muitos jovens não terão direito a alcançar sua ascensão social – afirmou Mozart Ramos.

Durante a terceira reunião do ciclo de debates Idéias e Propostas para a Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), os debatedores



Cristovam (C) preside terceira reunião de ciclo realizado pela Comissão de Educação

concordaram com a necessidade de investir na formação – e na atualização – dos professores, especialmente do ensino básico.

O presidente da Academia Brasileira de Educação, Carlos Alberto Serpa de Oliveira, citou resultados da avaliação de alunos do ensino básico para ressaltar a importância dos professores. Na terceira série do ensino médio, informou, apenas 1% dos alunos obteve rendimento considerado satisfatório em Matemática. E 73% obtiveram resultados abaixo do conceito básico em Português.

– A escola que faz a diferença deve ter professores competentes e moti-

vados, mas está difícil formar esses professores. Existe pouca gente hoje procurando o magistério – lamentou Serpa.

A "grande força" de um processo de educação de qualidade deve ser o professor, concordou o especialista em educação Célio Cunha. Na sua opinião, é necessário tornar o magistério uma carreira mais atrativa. Para

isso, observou, será indispensável "valorizar o mérito", por meio de iniciativas como a adoção de critérios mais rigorosos de seleção dos professores e a criação – a exemplo do que ocorre na Medicina – de um sistema de residência pedagógica.

O presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (AnDES), Paulo Rizzo, lembrou ainda que os governos vêm se esquivando de garantir à educação os percentuais mínimos da arrecadação estabelecidos na Constituição, por meio de medidas como a criação de contribuições – que não entram no cálculo dos percentuais.

Descentralizar, a saída para a diversidade dos problemas

A descentralização da gestão da educação brasileira foi defendida na audiência pública promovida pela Comissão de Educação.

– Temo que a centralização, em Brasília, da administração da educação fundamental e média possa ser um encargo pesado demais – argumentou, durante a reunião, Carlos Alberto Serpa de Oliveira, presidente da Fundação Cesgranrio e da Academia Brasileira de Educação.

Em entrevista à Agência Senado, Serpa afirmou que a Prova Brasil – avaliação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação – indicou que os municípios cujos alunos apresentaram bom desempenho são, "surpreendentemente, municípios pobres". Segundo ele, as comunidades desses locais foram capazes de gerar "soluções apropriadas" para seus pro-

blemas específicos.

– Nunca teremos uma solução nacional que sirva para todos os municípios – destacou.

Mozart Neves Ramos, que é ex-secretário de Educação e Cultura de Pernambuco, foi outro participante do debate que apoiou a descentralização. Ele disse que "é muito difícil um gestor, mesmo o estadual, acompanhar o que ocorre em localidades que estão a 700 ou 800 quilômetros de distância".



César Borges cobra aumento de salário prometido a professores

César Borges: greves prejudicam estudantes baianos

"A Bahia encontra-se hoje sob a égide de um apagão na educação", disse ontem, em Plenário, César Borges (DEM-BA). De acordo com o senador, 1,4 milhão de estudantes baianos estão sem aula: 180 mil de Salvador, 1,2 milhão da rede pública estadual e 52 mil das universidades estaduais.

A rede estadual de educação da Bahia, acrescentou César Borges, está em greve há 27 dias e, desde 28 de maio, professores de três universidades encontram-se literalmente "fora da sala de aula". Ontem, informou ainda o senador, os professores das universidades estaduais realizaram assembleia, que apontou para a continuação do movimento grevista, incluindo também os professores da Universidade Estadual de Santa Cruz. Já na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Recôncavo Baiano, os servidores técnico-administrativos continuam parados desde quarta-feira passada.

– Um apagão que, lamentavelmente, vem prejudicar toda a sociedade baiana.

Promessa

César Borges também afirmou que o governador do estado, Jaques Wagner, prometeu aumento salarial para os professores durante a campanha eleitoral do ano passado, mas isso, lembrou, não se concretizou.

– Infelizmente, o que se viu, após a posse do governador, é que não houve medidas efetivas para implementar as soluções prometidas, e que o governo dizia que seriam fáceis de ser implementadas, só bastava vontade política. E, agora, por que não realizam? – criticou.



Roriz apresenta certidões que o isentariam de responsabilidade

Roriz rebate reportagens que o ligam à Gautama

O senador Joaquim Roriz (PMDB-DF) rebateu ontem reportagens que o ligam à construtora Gautama. Segundo ele, matérias de um jornal de Brasília e da TV Globo foram baseadas em um documento de outubro de 2006 relatando que deveria ressarcir o Ministério da Integração Nacional da importância de R\$ 364 mil, por ter repassado verbas supos-

tamente irregulares à Gautama. Roriz apresentou certidões que o isentariam de responsabilidade no caso.

– Informações totalmente equivocadas tanto do jornal como da TV Globo e do corregedor-geral do Distrito Federal. Não sei como chegaram a tal conclusão maliciosa e desprovida da devida busca pela verdade, que deve ser a tônica de

qualquer reportagem. O relatório da Tomada de Contas Especial 25/07, que investiga os gastos relativos ao Convênio 257/00, afasta minha responsabilidade no caso – disse.

Para Roriz, é incabível responsabilizá-lo por atos de secretários, funcionários e gerentes, que são os gestores de projetos e ordenadores de despesas.